

16.2 Operação Abastecimento de água

16.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2020, foram introduzidos nos sistemas públicos de abastecimento de águas dos Município geridos pela Tejo Ambiente **5 577 022 m³** (58,32% fornecidos pela AdVT e 41,68% pela EPAL, apenas no Município de Tomar). A distribuição mensal da água aduzida à rede e os volumes totais por Município encontram-se no gráfico seguinte.

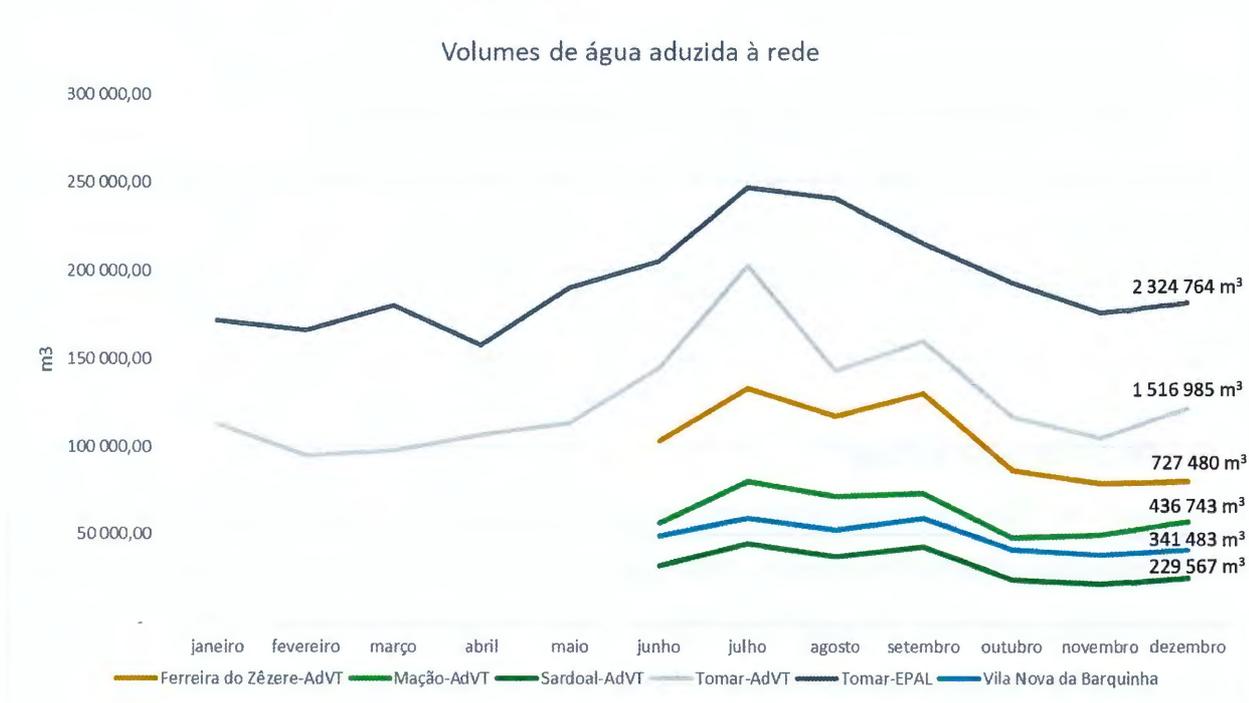


Figura 11 - Variação mensal da água aduzida à rede por Município

16.2.2 Avarias da rede

No ano 2020, foram rececionadas diversas ocorrências sendo as mais determinantes as avarias de rede e de ramal. Foram reparadas 1328 avarias, distribuídas por 913 avarias de rede (69% das avarias) e 415 avarias de ramal (31% das avarias).

Quadro 12 - Nº de avarias por Município

Tipo de Reclamação	Avarias					
	Ferreira do Zêzere	Mação	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha	
Avarias em ramal	21	49	48	286	11	415
Avarias na rede	231	102	22	538	20	913
	252	151	70	824	31	1 328

No quadro anterior, as avarias estão distribuídas por local de ocorrência, verificando-se maior incidência em Tomar, representando 62% das avarias totais. O maior número de avarias verificadas neste Município é explicado, em parte, pelo início da sua gestão delegada em janeiro, comparativamente aos outros Municípios, em junho.

As avarias, após concluídas, são georreferenciadas com o principal objetivo de identificação dos “pontos negros” das redes de abastecimento de água e, posterior reconhecimento de locais de possível intervenção para promover uma melhoria do serviço prestado às populações.

16.2.3 Interrupções de fornecimento – Interrupções programadas

As interrupções de fornecimento de água foram objeto de comunicação através do nosso *Site*, em conformidade com o previsto no D.L. 194/2009, de 20 de agosto.

Neste âmbito, registaram-se 15 interrupções programadas, todas elas no período entre julho e dezembro.

16.2.4 Deteção de fugas

Em junho de 2020, foram adquiridos equipamentos de deteção de fugas e alguns trabalhadores receberam formação sobre técnicas e metodologias de controlo, deteção e localização de fugas. Com a sua implementação no terreno, no segundo semestre do ano de 2020, foram detetadas 155 avarias pela equipa de pesquisa de fugas, representando 12% do total de avarias de rede e ramal. Das avarias detetadas, 48% foram ocorreram no concelho de Tomar.



Figura 12 - Deteção de uma fuga pela equipa especializada

16.2.5 Qualidade da água

Durante o ano de 2020, já com os Municípios já sob gestão delegada, foram realizadas 2.487 análises em várias torneiras de utilizadores do sistema público de abastecimento de água dos cinco Municípios, tendo-se efetuado a totalidade das análises regulamentares impostas pelo Decreto-Lei 306/2007 de 27 agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 7 de dezembro.

No que se refere à conformidade legal, face aos valores paramétricos estabelecidos, foi alcançada uma taxa de cumprimento de 98,47%, tendo-se verificado 38 incumprimentos (35 em Mação, 2 em Tomar e 1 no Sardoal).

16.2.6 Ramais novos de Abastecimento de Água

Em 2020, foram elaborados 114 pareceres técnicos a projetos de redes prediais de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

No sistema de abastecimento de água foram executados 89 ramais novos, 11 renovações de ramal e ainda 12 alterações de ramal. Existiram ainda intervenções de renovação e ampliação da rede de abastecimento.

16.3 Operação Saneamento de Águas Residuais

16.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

No universo das operações de saneamento de águas residuais, foram recolhidos e enviados para tratamento **3 073 915 m³** de efluente, no período de janeiro a dezembro em Ourém e Tomar, e ao período de junho a dezembro nos restantes quatro Municípios. As entidades em alta responsáveis por este tratamento são a *Águas do Vale do Tejo (AdVT)* e a *Águas do Centro Litoral (AdCL)*. No quadro seguinte, distribuem-se os volumes de água residual por Município:

Quadro 13 - Distribuição dos volumes de água recolhida na rede de saneamento

	Ferreira do Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha
Entidade em alta	AdVT	AdVT	AdCL	AdVT	AdVT	AdVT
Volume de águas residuais	107 527	88 440	779 880	58 791	1 819 708	219 570

16.3.2 Volumes recolhidos em autotanques

O serviço de despejo de fossas é um dos serviços com maior número de intervenções, tendo havido em 2020, 1515 serviços de despejo de fossas. O elevado número de serviços em Tomar deve-se essencialmente a um conjunto de fossas sépticas de praias fluviais e outras infraestruturas pertencentes ao Município, que além de terem muitos utilizadores no período de verão, têm também aflúências indevidas no período de inverno, devido à pluviosidade.

Quadro 14 - Distribuição de nº de despejo de fossas realizadas e respetivos volumes recolhidos (estimativa)

	Ferreira do Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha
nº de limpezas de fossas	114	250	287	88	743	33
Volume recolhido (m ³)	916	1 899	2 613	651	5 828	190

É de realçar que, conforme consta na tabela tarifária, os municípios sem rede de saneamento disponível dispuseram de duas limpezas de 6 m³ gratuitas, serviço que se mantém durante o ano 2021.

16.3.3 Operação e manutenção de ETAR

A Tejo Ambiente tem sob sua gestão ETARs em Ourém, Sardoal e Mação. Nas ETARs de Seiça e Alto Nabão foram quantificados mais de um **1 600 000 m³** de água residual tratada.

Quadro 15 - Volumes recolhidos nas ETARs

ETAR	Caudal total anual (m ³ /ano)	Caudal médio diário (m ³ /dia)	Horizonte projeto estimado (m ³ /dia)
Seiça	793 492	2 171	1 965
Alto Nabão	799 471	2 195	2 829

Os volumes das ETARs da Zona Industrial de Ourém, abreviadamente designadas de ZIO, bem como das catorze ETARs de Mação e quatro do Sardoal, não foram medidos porque não dispõem de medidor de caudal, situação a resolver a curto prazo.

Os planos de autocontrolo e de monitorização do meio recetor foram cumpridos na íntegra e de acordo com o imposto nas frequências específicas das licenças de descarga tanto da ETAR de Seiça como do Alto Nabão. Em ambas as ETAR, os controlos à água residual tiveram uma frequência quinzenal e as amostras foram enviadas para laboratório externo acreditado.

16.3.4 Afluências indevidas nas redes de drenagem

Ao longo de um ano é expectável uma ligeira variação de caudal afluente às redes de saneamento, dado os fluxos populacionais anuais, contudo essa diferença não significa uma duplicação ou até mesmo triplicação de volumes recolhidos.

No gráfico seguinte, verifica-se, claramente, que os meses de maior volume de águas residuais recolhidas e tratadas, coincidem com os meses de maior pluviosidade média, dezembro a maio, mostrando uma possível presença de caudais indevidos na rede de drenagem.

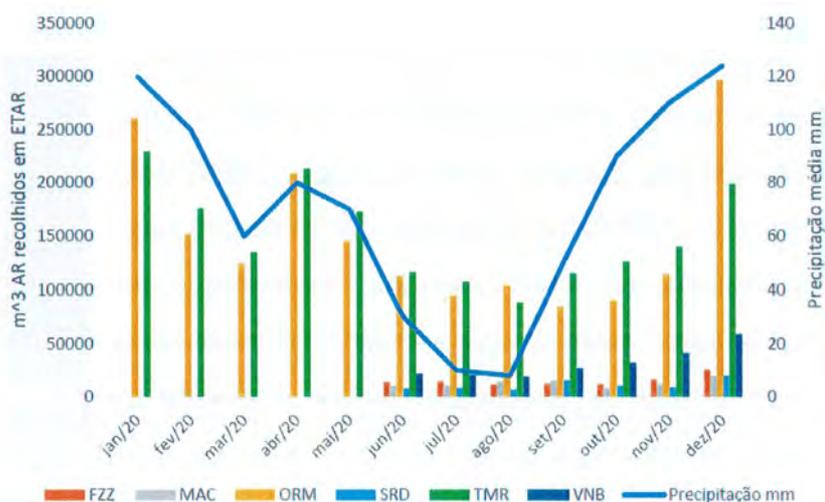


Figura 13 - Distribuição mensal dos volumes recolhidos por Município Vs precipitação média registada em Portugal Continental no ano 2020 (dados IPMA)

16.3.5 Ramais novos de Saneamento

Como já referido no subcapítulo anterior, em 2020 foram emitidos 114 pareceres técnicos das redes prediais de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Foram executados 145 novos ramais.

16.4 Obras executadas ou em execução

No âmbito dos programas de investimento inseridos no POSEUR, foram iniciados algumas empreitadas nos sistemas em Baixa.

Iniciou-se a ampliação do Sistema de Telegestão para Gestão Eficiente de Recursos Hídricos supramunicipal.

Em 2020, foram realizadas obras de remodelação da rede de distribuição de água em Ferreira do Zêzere nas localidades de Chãos e Ferreira do Zêzere. A empreitada de Chãos já se encontra terminada.

No sistema de drenagem de águas residuais foram realizadas, em Ourém, obras de beneficiação das redes de drenagem de águas residuais, designadamente na Estrada de Minde e Boleiros, em Rio de Couros, no Bairro, e nas Freguesias de Nossa Senhora das Misericórdias, Atougua e Nossa Senhora da Piedade.

16.5 Sistemas de Informação Geográfica (SIG) / Cadastro

Os Sistemas de Informação Geográfica são uma ferramenta crucial para administrar toda a estrutura dos serviços da Tejo Ambiente. A atualização e uniformização da qualidade dos dados fornecidos pelos Municípios é uma premissa que requer um trabalho continuado, de forma a facilitar o acesso à informação e a ter disponíveis geograficamente todas as parcelas cadastrais possíveis.

Em 2020, foi realizado um intenso trabalho na atualização dos cadastros das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, na inspeção à rede de saneamento pública e privada no Município de Ourém e na elaboração de mapas com a distribuição de contentores e circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos.



Figura 14 - Exemplo Planta cadastro

Das inspeções realizadas à rede de saneamento pública e privada no Município de Ourém, resultam algumas diferenças entre o cadastro recebido e o cadastro da Tejo Ambiente (em execução) no que se refere ao nº real de ramais vistorizados, ligados, não ligados com ou sem caixa de ramal.

Quanto às plantas de cadastro, entre março e dezembro foram elaboradas 397 para resposta a solicitações internas, de clientes, cidadãos, empresas, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias entre outras entidades externas (conforme Figura 5).

16.6 Operação Gestão de Resíduos Urbanos

O parque de contentores gerido pela Tejo Ambiente é de 9.415 contentores, distribuídos pelos seis Municípios. O serviço de recolha de resíduos está subcontratado à SUMA, que conta com 22 viaturas pesadas para o efeito.

Em 2020, durante o período de gestão delegada de cada Município foram entregues 33.892 toneladas de resíduos às entidades em alta responsáveis pela gestão, valorização e tratamento dos resíduos, com a seguinte distribuição:

Quadro 16 - Nº de toneladas entregues às Entidades em Alta

	Ferreira do Zêzere	Mação	Ourém	Sardoal	Tomar	Vila Nova da Barquinha
Entidade em alta	RSTJ	Valnor	Valorlis	Valnor	RSTJ	RSTJ
RU (ton) entregues	1 740	1 445	14 054	741	14 259	1 653
% média enviada para aterro (média)	29,29%	62%	92,16%	62%	37,92%	29,29%

17. ATIVIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA

17.1 Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2020	31-12-2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 355 935,59	185 793,63
Ativos intangíveis	7	269 738,24	120 445,64
Outros investimentos financeiros	8	4 510,08	181,86
Ativos por Impostos diferidos	9	601 961,40	
Subtotal		2 232 145,31	306 421,13
Ativo corrente			
Inventários	10	412 330,21	
Clientes		1 966 369,35	
Estado e outros entes públicos	11	112 744,88	35 412,66
Outros créditos a receber	12	15 852 629,19	3 507,32
Diferimentos		13 187,21	2 681,89
Caixa e depósitos bancários	4	418 067,02	355 290,77
Subtotal		18 775 327,86	396 892,64
TOTAL DO ATIVO		21 007 473,17	703 313,77
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	600 000,00	600 000,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	10 346 622,67	
Subtotal		10 946 622,67	600 000,00
Resultado líquido do período	24	(2 281 654,15)	
Total do Capital Próprio		8 664 968,52	600 000,00
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores		3 122 668,86	7 899,30
Adiantamentos de clientes		1 739 132,55	
Estado e outros entes públicos	11	88 790,86	8 704,93
Financiamentos obtidos	14	3 200 000,00	
Outras dívidas a pagar	12	4 176 912,38	86 709,54
Diferimentos	15	15 000,00	
Total do Passivo		12 342 504,65	103 313,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		21 007 473,17	703 313,77

17.2 Demonstração de Resultados por Natureza
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade Monetária Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e Serviços Prestados	17	10 782 669,81	0,00
Subsídios	18	791,31	0,00
Custo mercadorias vend. e matérias cons.	10	3 334 296,02	0,00
Fornecimentos e serviços externos	19	7 322 301,18	0,00
Gastos com o Pessoal	21	2 649 635,71	0,00
Outros rendimentos	22	175 722,42	0,00
Outros gastos	22	458 732,01	0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e		-2 805 781,38	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização	6,7	59 606,32	0,00
Resultado Operacional antes de gastos de financiamentos e		-2 865 387,70	0,00
Juros e Gastos Similares	23	1 095,20	0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e		-2 866 482,90	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	24	584 828,75	0,00
Resultado Líquido do Período - RLE		-2 281 654,15	0,00
Rendimentos		10 959 183,54	0,00
Gastos		14 410 495,19	0,00

17.3 Demonstração de Resultados por Atividade
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO -ATIVIDADE - 31-12-2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	ATIVIDADES			PERÍODOS	
	Abastecimen	Saneamento e Resíduos	Resíduos Urbanos	2020	2019
Vendas e Serviços Prestados	4 799 416,63	3 017 535,56	2 965 717,62	10 782 669,81	0,00
Custo mercadorias vend. matérias cons.	1 738 509,43	819 595,12	776 191,47	3 334 296,02	0,00
Fornecimentos e serviços externos	991 152,79	2 790 327,31	3 540 821,08	7 322 301,18	0,00
Gastos com o Pessoal	1 298 347,33	782 669,67	568 618,70	2 649 635,71	0,00
Outros rendimentos	106 339,64	40 255,78	29 127,00	175 722,42	0,00
Outros gastos	173 625,43	41 661,37	243 445,21	458 732,01	0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	704 912,60	-1 376 462,13	-2 134 231,85	-2 805 781,38	0,00
Gastos/reversões de depreciação e	32 693,19	13 822,57	13 090,56	59 606,32	0,00
Resultado Operacional antes de gastos de financiamentos e impostos	672 219,41	-1 390 284,70	-2 147 322,41	-2 865 387,70	0,00
Juros e Gastos Similares	245,88	436,21	413,11	1 095,20	0,00
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	671 973,53	-1 390 720,91	-2 147 735,52	-2 866 482,90	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	9 397,01	-232 774,42	-361 451,34	-584 828,75	0,00
Resultado Líquido do Período - RLE	662 576,53	-1 157 946,49	-1 786 284,18	-2 281 654,15	0,00
Rendimentos	4 906 547,58	3 057 791,34	2 994 844,62	10 959 183,54	0,00
Gastos	4 243 971,06	4 215 737,83	4 781 128,80	13 240 837,69	0,00

17.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO - 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Capital subscrito	Resultados transitados	Ajustamentos / outras var. cap. próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019 (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)					0,00
RESULTADO INTEGRAL (4)=2+3					0,00
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO					
Subscrições de capital	600 000,00				600 000,00
(5)	600 000,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019 (6)=1+2+3+5	600 000,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO - 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Capital subscrito	Resultados transitados	Ajustamentos / outras var. cap. próprio	Resultado líquido do período	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 (1)	600 000,00	0,00	0,00	0,00	600 000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Apliação de resultados do exercício anterior					0,00
Ajustamentos por impostos diferidos / em subsídios			(2 918 278,12)		(2 918 278,12)
Subsídios para investimentos			13 267 201,51		13 267 201,51
Imputação de subsídios para investimentos			(2 300,72)		(2 300,72)
(2)	0,00	0,00	10 346 622,67	0,00	10 346 622,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)				(2 281 654,15)	(2 281 654,15)
RESULTADO INTEGRAL (4)=2+3					8 064 968,52
OPERAÇÕES C/ DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO					
(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020 (6)=1+2+3+5	600 000,00	0,00	10 346 622,67	(2 281 654,15)	8 664 968,52

17.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	8 338 239,41	
Pagamentos a fornecedores	8 048 314,99	16 991,47
Pagamentos ao pessoal	1 516 600,07	19 169,83
Caixa gerada pelas operações	(1 226 675,65)	(36 161,30)
Outros recebimentos / pagamentos	(405 638,16)	(22 572,44)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(1 632 313,81)	(58 733,74)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	1 248 532,42	185 793,63
Ativos intangíveis	250 954,10	
Investimentos financeiros	4 328,22	181,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1 503 814,74)	(185 975,49)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	3 200 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de cap. próprio		600 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	1 095,20	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	3 198 904,80	600 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=1+2+3	62 776,25	355 290,77
Caixa e seus equivalentes no início do período	0,00	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	0,00	0,00

17.6 Análise Económica

O volume de negócios perfaz um montante de 10.782.669,81€;

O resultado do exercício fixou-se em -2.281.654,15€, o qual representa uma rentabilidade líquida de -21,16% das vendas e prestações de serviços;

Os custos operacionais totalizaram 13.824.571,24;

O cash-flow operacional (EBITDA) registou um valor de -2.805.781,38; e

Os gastos com o pessoal, no montante de 2.649.635,71€, representaram 19,17% dos custos operacionais.

17.7 Análise Financeira

Na data de reporte, a autonomia financeira (Capital próprio / Ativo) fixou-se em 41,25%.

O grau de liquidez geral (Ativo corrente / Passivo corrente) atingiu um rácio de 1,52; e a rentabilidade do ativo (ROA) equivale a -10,86 %.

17.8 Gestão de Risco

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial e risco de mercado. A gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais operações da empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela Empresa.

18. PERSPETIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração reconhece que será necessário rever o EVEF que esteve na génese da constituição da Tejo Ambiente, garantia da sustentabilidade da operação.

Existe a clara perceção de que vai ser possível alavancar a operação.

19. NEGÓCIO ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

No exercício transato, não foram concedidas autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

20. AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não detinha ações próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

21. SUCURSAIS

A sociedade não detém sucursais fora do território nacional.

22. SITUAÇÃO FISCAL E CONTRIBUTIVA

À data de encerramento das contas, a Empresa não apresentava quaisquer dívidas fiscais (Autoridade Tributária e Aduaneira) ou contributivas (Segurança Social) em mora.

23. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Notamos uma conjuntura adversa com início em março de 2020, decorrente da pandemia global provocada pelo coronavírus (COVID-19). No entanto, a Administração da Empresa refere que eventuais impactos não afetam o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras.

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho para a criação deste projeto e arranque da atividade num ano atípico, fustigado pelo surto pandémico COVID 19, bem como a todos os que desempenharam um papel fundamental nestes primeiros meses de atividade, contribuindo para um projeto de natureza supramunicipal de grande importância para a Região do Médio Tejo.

A todos os órgãos executivos e deliberativos dos Municípios constituintes, endereça uma palavra de gratidão pelo apoio e contributo que deram para que este projeto pudesse ser viabilizado no atual contexto de crise motivada pelo COVID 19.

25. IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando “é provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de Constituição, com base no tarifário, receita ordinária da Tejo Ambiente, perspetivar-se-á a

sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável nos 12 períodos seguintes (anos). Lucro esse que será integralmente aplicado na renovação e substituição das infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Urbanos.

Neste contexto, o Conselho de Administração propõe o reconhecimento do imposto diferido em exercícios futuros, com base na premissa da revisão do EVEF de Constituição.

26. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de 2.281.654,15 euros (dois milhões duzentos e oitenta e um euros, seiscentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos), seja integralmente aplicado em resultados transitados.

27. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40º, nºs 2 e 8 da Lei nº 50/2012, de 31/08)

Perante o resultado negativo do exercício, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

28. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Empresa Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A. é uma sociedade Anónima, titular do número de identificação fiscal 515 545 236 e sede na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Edifício Paço do Conde na freguesia de Ourém, concelho de Ourém e distrito de Santarém 2490-548. Iniciou a sua atividade em 8 de agosto 2019 e tem como principal objeto social a Distribuição de Água (CAE 36002), e tem como Atividades Secundárias o Tratamento de Águas Residuais (CAE 37002) e Atividade de Recolha de outros Resíduos não Perigosos (CAE 38112).

O presente Anexo das demonstrações financeiras refere-se ao exercício económico de 2020.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Normativo Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, o qual integra a Estrutura Conceptual (EC), as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as diversas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Na empresa supra, foi aplicado o conjunto das 28 NCRF vigentes (regime geral).

Em situações ou transações particulares que o SNC não enquadre contabilisticamente, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) / Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e respetivas interpretações (SIC / IFRIC).

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e evidenciam o registo dos seus rendimentos e gastos na concordância com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (ou da periodização económica), no qual os efeitos das transações são reconhecidos no exercício em que ocorrem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do reporte da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço e carecem de divulgação no Anexo sempre que a possibilidade de ocorrência não seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos são relatados separadamente no Balanço e Demonstração dos Resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo, assim como nenhum gasto por qualquer rendimento, e reciprocamente.

2.8. Comparabilidade

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os elementos do exercício anterior.

2.9. Eventos subsequentes

Os acontecimentos posteriores à data de reporte financeiro que proporcionem informação adicional sobre condições existentes nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras, assim como os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.10. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer situações excepcionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Toda a informação de carácter financeiro está expressa em Euros.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Empresa utiliza o modelo do custo na mensuração subsequente dos seus ativos fixos tangíveis e o método da linha reta nas respetivas depreciações.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela mesma e se possam identificar e mensurar com fiabilidade.

A Empresa utiliza o modelo do custo na mensuração subsequente dos seus ativos intangíveis e o método da linha reta nas respetivas amortizações.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

3.5. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou, se inferior, ao valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio. É registada uma imparidade para reduzir inventários quando o valor destes bens é inferior ao menor do custo de aquisição ou de realização.

3.6. Clientes e créditos a receber

As dívidas de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e estão registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, de modo que as mesmas reflitam o respetivo risco de cobrança.

3.7. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus Equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos em depósitos à ordem são incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, expressa no passivo corrente.

3.8. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outros credores não vencem juros e estão registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os financiamentos bancários são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são registados em perdas do exercício de acordo com o regime do acréscimo.

3.10. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação, ou caso contrário, como locações operacionais.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.11. Rédito

O reconhecimento do rédito proveniente da venda de bens ocorre quando tenham sido transferidos para o comprador os principais riscos e vantagens da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem controlo efetivo sobre os bens vendidos, e o rédito e custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser fiavelmente quantificados.

3.12. Subsídios

Os subsídios para investimentos (não reembolsáveis) estão registados no capital próprio, e são transferidos para resultados, numa base sistemática, proporcionalmente às depreciações / amortizações dos ativos que financiaram.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos operacionais, e são reconhecidos em resultados quando os respetivos gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas (IRC) à taxa reduzida de 17% até um lucro tributável de 25.000€ e à taxa normal de 21% sobre o excedente. À coleta de IRC, são deduzidos eventuais benefícios fiscais e acrescido derrama municipal e estadual incidentes sobre o lucro tributável registado, bem como tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal.

NOTA 4 - FLUXOS DE CAIXA

Apresentam-se nos quadros infra as quantias dos meios financeiros líquidos constantes no Balanço:

RUBRICAS	Saldo Inicial 2019	Débitos	Créditos	Saldo Final 2019
Depósitos à ordem	0,00	600 000,00	244 709,23	355 290,77
TOTAL	0,00	600 000,00	244 709,23	355 290,77

RUBRICAS	Saldo Inicial 2020	Débitos	Créditos	Saldo Final 2020
Caixa	0,00	6 656 062,00	6 650 547,65	5 514,35
Depósitos à ordem	355 290,77	12 912 013,35	12 854 751,45	412 552,67
TOTAL	355 290,77	19 568 075,35	19 505 299,10	418 067,02

NOTA 5 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro, a Empresa era participada pelas seguintes entidades:

- 35,63% do capital social, no valor nominal de 213.792,00€, pelo Município de Tomar com sede em Praça da República | 2300-550 Tomar e N.I.F. 506 738 914 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 32,37% do capital social, no valor nominal de 194.237,00€, pelo Município de Ourém com sede em Praça do Município, 11 | 2490-499 Ourém e N.I.F. 501 280 740 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 10,85% do capital social, no valor nominal de 65.128,00€, pelo Município de Mação com sede em Rua Padre António Pereira de Figueiredo | 6120-750 Mação e N.I.F. 506 814 343 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 7,94% do capital social, no valor nominal de 47.610,00€, pelo Município de Ferreira do Zêzere com sede em Rua Casal de Além, N.º 4, 1.ª C | 2240-350 Ferreira do Zêzere e N.I.F. 501 216 839 (início da participação: 8 de agosto de 2019);
- 7,63% do capital social, no valor nominal de 45.779,00€, pelo Município de Vila Nova da Barquinha com sede em Praça da República | 2260-411 Vila Nova da Barquinha e N.I.F. 506 899 250 (início da participação: 8 de agosto de 2019); e
- 5,58% do capital social, no valor nominal de 33.454,00€, pelo Município de Sardoal com sede em Praça da República | 2230-222 Sardoal e N.I.F. 501 181 587 (início da participação: 8 de agosto de 2019).

As transações e saldos com entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Clientes				
<i>Sócios:</i>				
> Município Ferreira do Zêzere	3 421,14		---	---
> Município de Tomar	279 681,38		---	---
> Município de Sardoal	2 699,66		---	---
> Município de VN da Barquinha	19 294,18		---	---
Fornecedores				
<i>Sócios:</i>				
> Município Ferreira do Zêzere	---	---	57 756,38	
> Município de Mação	---	---	58 910,45	
> Município de Ourém	---	---	137 603,32	
> Município de Tomar	---	---	89 648,51	
TOTAL	305 096,36	0,00	343 918,66	0,00

NOTA 6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2019

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Edifícios e outras constr.	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrat.	Outros ativos fixos tang.	AFT em curso	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas iniciais							0,00
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições:							
Aquisições						185 793,63	185 793,63
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185 793,63	185 793,63
Diminuições:							
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185 793,63	185 793,63

Ativos fixos tangíveis (N):
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2020

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Edifícios e outras constr.	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrat.	Outros ativos fixos tang.	AFT em curso	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185 793,63	185 793,63
Depreciações acumuladas iniciais							0,00
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185 793,63	185 793,63
Adições:							
Aquisições	387 202,00	132 124,24	133 171,16	98 055,79	1 618,73	496 360,50	1 248 532,42
TOTAL	387 202,00	132 124,24	133 171,16	98 055,79	1 618,73	496 360,50	1 248 532,42
Diminuições:							
Depreciações	3 495,96	5 572,80	5 353,98	17 295,50	108,97		31 827,21
TOTAL	3 495,96	5 572,80	5 353,98	17 295,50	108,97	0,00	31 827,21
Transferências de AFT em curso	71 631,56			67 598,82		(139 230,38)	0,00
Transferências para ativos intangíveis						(46 563,25)	(46 563,25)
Quantia líquida escriturada final	455 337,60	126 551,44	127 817,18	148 359,11	1 509,76	496 360,50	1 355 935,59





NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS
Ativos intangíveis (N-1):
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2019

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvim.	Programas de computador	Ativos intang. em curso	TOTAL
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações acumuladas iniciais				0,00
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições:				
Outras aquisições			120 445,64	120 445,64
TOTAL	0,00	0,00	120 445,64	120 445,64
Diminuições:				
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	0,00	0,00	120 445,64	120 445,64

Ativos intangíveis (N):
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM ATIVOS INTANGÍVEIS NO PERÍODO DE 2020

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvim.	Programas de computador	Ativos intang. em curso	TOTAL
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	120 445,64	120 445,64
Amortizações acumuladas iniciais				0,00
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00	120 445,64	120 445,64
Adições:				
Outras aquisições		130 508,46		130 508,46
TOTAL	0,00	130 508,46	0,00	130 508,46
Diminuições:				
Amortizações	228,45	27 550,66		27 779,11
TOTAL	228,45	27 550,66	0,00	27 779,11
Transferências de AI em curso	22 845,00	24 282,15	(47 127,15)	0,00
Transferências de ativos fixos tangíveis		46 563,25		46 563,25
Quantia líquida escriturada final	22 616,55	173 803,20	73 318,49	269 738,24

NOTA 8 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO PERÍODO DE 2019

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Outros invest. financeiros	TOTAL
Método do custo:		
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00
Adições:		
Outras aquisições	181,86	181,86
TOTAL	181,86	181,86
Diminuições:		
TOTAL	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	181,86	181,86

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS NO PERÍODO DE 2019

INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Outros invest. financeiros	TOTAL
Método do custo:		
Quantia líquida escriturada inicial	0,00	0,00
Adições:		
Outras aquisições	181,86	181,86
TOTAL	181,86	181,86
Diminuições:		
TOTAL	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada final	181,86	181,86

Os investimentos financeiros decorrem da participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), no montante de 4.510,08€.

NOTA 9 - ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Ativos por impostos diferidos	2020	2019
Quantia escriturada final	601 961,40	
Quantia escriturada inicial		
TOTAL	(601 961,40)	0,00

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

RUBRICAS	Mercadorias		Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2020	2019	2020	2019
Inventários iniciais	0,00		0,00	
Compras	3 336 534,23		410 092,00	
Inventários finais	200 000,00		212 330,21	
Custo das mercad. vendidas e das matérias consumidas	3 136 534,23	0,00	197 761,79	0,00

NOTA 11 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

As rubricas do setor estatal distribuem-se conforme tabela infra:

RUBRICAS	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)			17 132,65	
Retenção de impostos sobre rendimentos (IR)	---	---	17 148,68	3 642,38
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	112 744,88	35 412,66		
Contribuições para sistemas de proteção social	---	---	54 509,53	5 062,55
TOTAL	112 744,88	35 412,66	88 790,86	8 704,93

NOTA 12 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As referidas rubricas integram os seguintes montantes:

RUBRICAS	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores (saldos deved.)	2 726,55		---	---
Pessoal				9 244,67
Fornecedores de investimentos	232,57		428 138,60	69 530,68
Deved. e cred. por acréscimos	2 579 312,24		708 180,63	7 536,69
Outros devedores e credores	13 270 357,83	3 507,32	3 040 593,15	397,50
TOTAL	15 852 629,19	3 507,32	4 176 912,38	86 709,54

A rubrica de outros devedores e credores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de 13.267.707,67€ (devedores), assim como ajustamentos em subsídios no valor de 2.918.784,28€ (credores).

NOTA 13 - CAPITAL SUBSCRITO

O capital social da Empresa é representado por 600.000 ações nominativas, com valor nominal de 1€ cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

NOTA 14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo da Empresa registava os financiamentos infra:

RUBRICAS	Capital Inicial / Contratual	Cap. Amortiz. / Disponível	Capital em Dívida	
			Curto Prazo	M/L Prazo
Empréstimos bancários	3 200 000,00		3 200 000,00	
		TOTAL	3 200 000,00	0,00

NOTA 15 - DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Os rendimentos a reconhecer referem-se ao reporte de um subsídio ao investimento resultante do Incentivo Fundo Ambiental – Programa de Apoio à Elaboração de Estudos Municipais para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolha Bio Resíduos, no valor de 15.000€.

NOTA 16 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nos termos da NCRF 24, notamos uma conjuntura adversa com início em março de 2020, decorrente da pandemia global provocada pelo coronavírus (COVID-19), a qual não requer ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

No entanto, a Administração da Empresa refere que eventuais impactos não afetam o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das mesmas.

NOTA 17 - RÉDITO

Os réditos dos exercícios de 2020 e 2019 são distribuídos conforme tabela infra:

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Vendas de mercadorias:		
Mercado nacional	4 761 360,10	
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	6 021 309,71	
TOTAL	10 782 669,81	0,00

NOTA 18 - SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Empresa reconheceu subsídios para investimentos atribuídos em 2020 no âmbito de projetos POSEUR, no montante de 13.267.707,67€, aos quais foi deduzido o valor de 2.918.784,28€ para ajustamentos em subsídios (impostos), registados no passivo.

Adicionalmente, reportou um subsídio à exploração decorrente do Incentivo de Apoio Excepcional à Família (Covid-19) no montante de 791,31€.

NOTA 19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Subcontratos:	5 449 178,61	
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	549 167,70	
Publicidade e propaganda	10 453,40	
Honorários	33 560,57	
Comissões	199,63	
Conservação e reparação	277 605,23	
Serviços bancários	23 952,06	
Outros	435,94	
Materiais:		
Ferramentas e utensílios	24 728,52	
Livros e documentação técnica	349,90	
Material de escritório	27 003,69	
Artigos para oferta	1 965,98	
Outros	20 089,51	
Energia e fluidos:		
Eletricidade	245 065,32	
Combustíveis	162 542,53	
Água	6 019,30	
Outros	5 565,37	
Deslocações e transportes:		
Deslocações e estadas	8 446,69	
Transportes de mercadorias	2 179,04	
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	150 102,47	
Comunicação	184 428,86	
Seguros	74 108,47	
Contencioso e notariado	215,60	
Despesas de representação	985,68	
Limpeza, higiene e conforto	9 418,07	
Outros	54 533,04	
TOTAL	7 322 301,18	0,00

NOTA 20 - HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No exercício transato, os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascendem a 4.200€ e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

NOTA 21 - GASTOS COM O PESSOAL

Durante o exercício, a Empresa remunerou, em média, 127 colaboradores e 2 diretores.

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Remunerações do pessoal	2 101 487,55	
Indemnizações	270,86	
Encargos sobre remunerações	444 511,42	
Seguros de acid. no trabalho	40 068,75	
Gastos de ação social	41 873,98	
Gastos com formação	5 148,48	
Gastos com fardamento	12 140,86	
Outros gastos com o pessoal	4 133,81	
TOTAL	2 649 635,71	0,00

NOTA 22 - OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS

RUBRICAS	Períodos	
	2020	2019
Impostos	457 865,62	
Outras perdas	866,39	
OUTROS GASTOS	458 732,01	0,00
Outros rend. suplementares	14 550,59	
Imputação subsídios p/ invest.	2 300,72	
Outros ganhos	158 871,11	
OUTROS RENDIMENTOS	175 722,42	0,00

NOTA 23 - GASTOS DE FINANCIAMENTO (LÍQUIDOS)

RUBRICAS	Ativos por impostos diferidos	
	2020	2019
Juros suportados	1 095,20	
Juros obtidos		
TOTAL	(1 095,20)	0,00

NOTA 24 - APROVAÇÃO DAS CONTAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão de gestão nesta data.

Ourém, 30 de março de 2021.

A Administração,

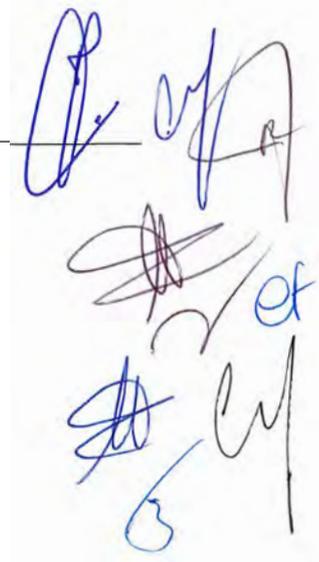
(ANABELA GASPAR DE FREITAS)

(LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO ALBUQUERQUE)

(JACINTO MANUEL LOPES CRISTAS FLORES)

O Contabilista Certificado,

(SANDRINA FERREIRA DOS SANTOS BRÍGIDO – CC 36924)



Relatório de Gestão e Contas

2020

CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.

Praça da República

2260-411 Vila Nova da Barquinha

Telefone: **249 720 350**

Fax: **249 720 368**

Nº contr: **508 190 460**

E-mail:

cdn@cm-vnbarquinha.pt

Site:

www.centrodenegocios.com.pt



Índice

1. Órgãos Sociais.....	3
2. Relatório de Gestão.....	4
2.1 Introdução.....	4
2.2 Aspetos Relevantes da Atividade da Sociedade.....	5
2.3 Atividade Desenvolvida.....	6
3. Situação Económico-Financeira.....	7
3.1 Rendimentos.....	7
3.2 Gastos.....	7
4. Resultado Líquido.....	7
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	8
6. Perspetiva de Evolução.....	8
7. Notas Finais e Agradecimentos.....	10
8. Contas do Exercício.....	12
8.1 Reconciliação Bancária.....	12
8.2 Balanço.....	12
8.3 Demonstração de Resultados.....	12
8.4 Anexo às Demonstrações Financeiras.....	12
8.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
8.6 Demonstração das Alterações de Capital Próprio.....	12
9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo.....	12
10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos.....	12
11. Certificação Legal de Contas.....	13



1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente – Luis Bastos
(Bio-Analítica)

Secretário – Óscar Baptista
(Batadec)

Secretária – Marina Honório
(Município de Vila Nova da Barquinha)

Conselho de Administração

Presidente – Fernando Santos Freire
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Rui Constantino Martins
(Município de V.N.Barquinha)

Vogal – Manuel Lourenço da Silva
(Espaço Mecânico)



Fiscal Único

Rosa Lopes & Gonçalves Mendes, SROC, LDA

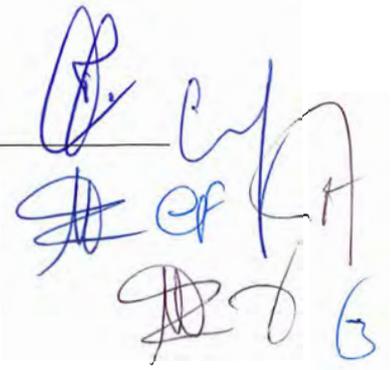
2. Relatório de Gestão

2.1 Introdução

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

A sociedade constituída em 6 de julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

O Presente relatório de Gestão, expressa de uma forma concisa, a atividade desenvolvida durante o exercício de 2020 e a situação económico-financeira da Empresa.



2.2 Aspetos Relevantes da Atividade da Sociedade

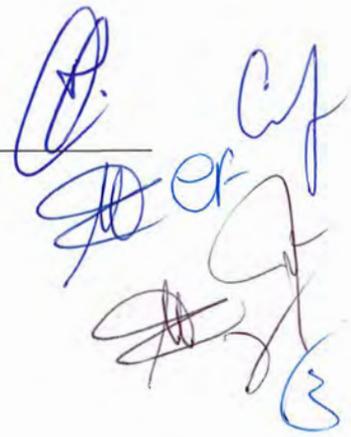
Os aspetos mais relevantes do Exercício de 2020, foram os seguintes:

- Receção e acompanhamento das candidaturas.
- Promoção e exploração, nomeadamente na divulgação junto dos potenciais interessados (Investidores) e Associações Empresariais.
- Desenvolvimento numa perspetiva empresarial.
- Incentivo do investimento privado e a criação de postos de trabalho.
- Gestão de Condomínio.
- Controlo dos acessos (Segurança/Vigilância).
- Gestão dos espaços verdes.
- Recolha de resíduos sólidos (Coordenação com Município de V.N.Barquinha)
- Apoio à atividade das Empresas instaladas no Centro de Negócios.
- Articulação com o GADEL na implementação do programa Barquinha mais investimento.
- Colaboração com o Município de Vila Nova da Barquinha no projeto “Prémio Municipal do Empreendedorismo”



2.3 Atividade Desenvolvida

- Divulgação do Centro de Negócios, junto de potenciais investidores.
- Receção e acompanhamento de Candidaturas.
- Coordenação dos serviços de vigilância, por forma a garantir a segurança necessária a um espaço, localizado fora da malha urbana.
- Acompanhamento das obras da empresa Vegigreen.
- Coordenação dos serviços de manutenção e gestão dos espaços verdes.
- Coordenação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.
- Manutenção de Contactos com a AICEP, IAPMEI e Associações Empresariais, nomeadamente a Nersant, para captação de investimentos, bem como a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.
- A Escola continua a merecer um acompanhamento especial, na vertente do empreendedorismo.
- Continua o trabalho de colaboração com o Gadel (Município de Vila Nova da Barquinha), na captação de investimentos para o Concelho.



3. Situação Económico-Financeira

3.1 Rendimentos

O CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A., apresentou um volume de Rendimentos, no montante de **41.465,86 €**.

Tal resulta entre outros, na sua esmagadora maioria, dos Encargos de Gestão, previstos nos regulamentos e da transferência do Município de Vila Nova da Barquinha, ao abrigo do Contrato-Programa.

3.2 Gastos

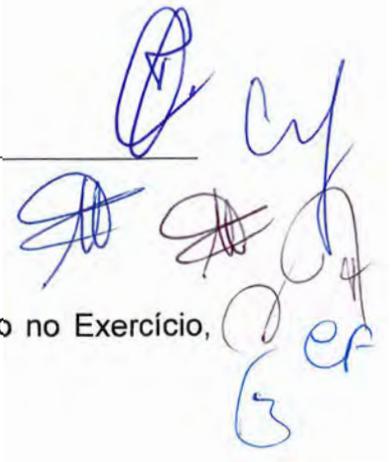
Os Gastos do Exercício foram de **38.514,61€**, resultando na sua maioria de despesas em Segurança, manutenção de espaços verdes, operacionalização dos serviços e impostos.

4. Resultado Líquido

O Resultado líquido do exercício de 2020, foi positivo em **2.951,25 €**.

O Município de Vila Nova da Barquinha, transferiu 20.000 €, ao abrigo do contrato-programa e em resultado de vários terrenos alienados, para novos projetos de investimento.

Os resultados positivos, refletem, essa mesma situação.



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, que o resultado apurado no Exercício, no montante de **2.951,25€**, seja distribuído da seguinte forma:

- Reservas Legais: 147,56 €

- Resultados Transitados: 2.803,69 €

6. Perspetiva de Evolução

Apesar dos tempos de pandemia, o interesse no parque empresarial foi avassalador, permitindo quase esgotar a venda de lotes.

Claramente, a excelente localização, os atrativos ao investimento do Barquinha mais investimento e a celeridade com que os processos foram tratados, foi determinante para tamanho sucesso.

Como sempre foi dito, era uma questão de tempo, para se atingirem os objetivos, com a coerência de uma estratégia bem definida no desenvolvimento empresarial.

Estávamos preparados e respondemos às necessidades do mercado.

Hoje há uma nova realidade: Vila Nova da Barquinha vai ter tradição empresarial e com projetos empresariais de grande inovação e há escala mundial.

Realçar a capacidade de captar investimento estrangeiro e sem qualquer intervenção da AICEP...

Pretende-se também colocar Sinalética no Centro de Negócios, assim que as condições financeiras o permitirem, bem como adquirir Equipamento Administrativo/Informático.

Continua presente a necessidade de manter equilibrada a componente económico-financeira do CDN, EM SA.

A Médio Prazo:

Criação de Condições para a instalação da sede da Sociedade Gestora, já em desenvolvimento.

Expansão do Parque empresarial, já em desenvolvimento.

Desenvolvimento do Sector Agro-Industrial, na vertente da Bio-Tecnologia, na Freguesia da Praia do Ribatejo.

Naturalmente que tratando-se de atividade empresarial, resultante da prestação de serviços, existem os riscos inerentes à própria atividade, condicionados também pela conjuntura económica, todavia aquele que se apresenta como um dos maiores riscos está devidamente acautelado nos regulamentos do Centro de Negócios, com a possibilidade de em última instância, em caso de incumprimento sistemático no que diz respeito às suas obrigações (liquidação dos encargos de Gestão) e estamos a falar das empresas aí instaladas, poder ser exercido pela Câmara Municipal o direito de reversão, existindo o compromisso de liquidação dos montantes em débito pela mesma, ao CDN.

Os fluxos financeiros estão disponíveis.

No que diz respeito, às questões ambientais, a preocupação é permanente, pelo que o risco é diminuto, tendo inclusive rejeitado alguns projetos com impacto negativo na componente ambiental no nosso Parque empresarial

Dado que não existem trabalhadores ao serviço do CDN, não constitui presentemente uma preocupação nessa área.

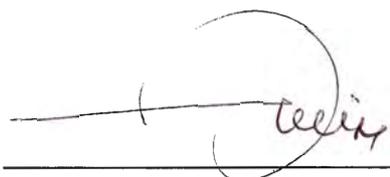
7. Notas Finais e Agradecimentos

- Não se verificou aquisição ou alienação de ações, permanecendo inalterada a estrutura acionista.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores, nos termos do artº 397º (CSC)
- Não existem sucursais da sociedade.
- Quem visitar atualmente o Centro de Negócios, encontra um espaço de excelência para a atividade empresarial. A organização, segurança, manutenção de espaços verdes são características dominantes.
- Encontra também uma atividade económica e uma movimentação próprias de espaços com características empresariais.
- Estes são os objetivos que nos propusemos atingir e que é possível constatar no Parque Empresarial.
- Com a disponibilização dos Fundos comunitários, aumentaram o número de projetos em implementação no Parque Empresarial.
- A empresa Vegigreen na área agro-alimentar, encontra-se a laborar.
- Expressamos o nosso agradecimento a todas as empresas, fornecedores e entidades, com quem nos relacionámos, durante o ano de 2020.

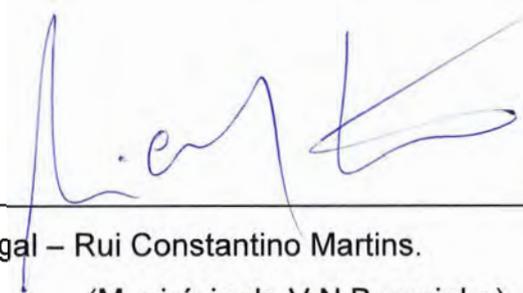


Vila Nova da Barquinha, 27 de abril de 2021

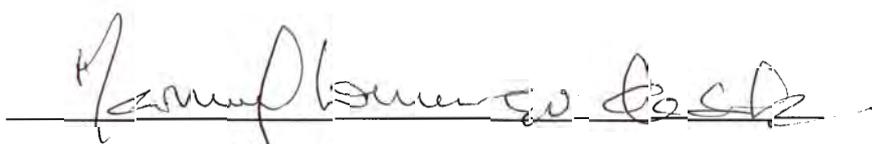
Conselho de Administração



Presidente – Fernando Santos Freire.
(Município de V.N.Barquinha)



Vogal – Rui Constantino Martins.
(Município de V.N.Barquinha)



Vogal – Manuel Lourenço da Silva
(Espaço Mecânico)



8. Contas do Exercício

8.1 Reconciliação Bancária

Entidade Bancária – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Saldo do Extrato Bancário – 22.860,20 €.

Saldo Contabilístico – 22.860,20 €

9. Relação das Participações no Capital de Sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo

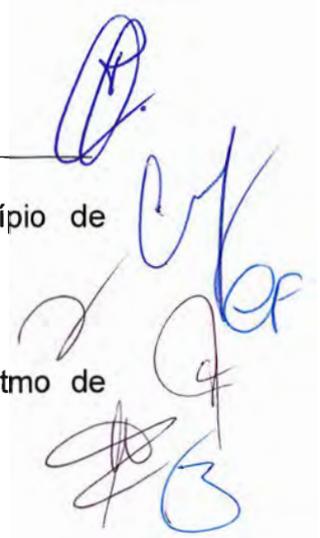
Não Existem

10. Relatório sobre a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos

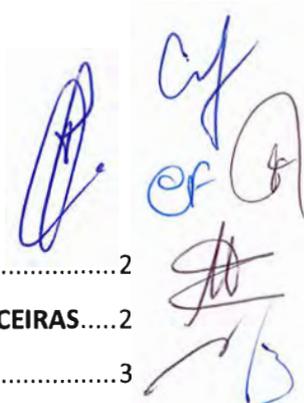
- Realizada a manutenção de espaços verdes e arruamentos.
- Coordenação de serviços de segurança e vigilância.
- Sinalética – Ainda não implementada. Decisão a tomar em função do número de empresas instaladas.

- Equip. Administrativo – Cedido provisoriamente pelo Município de V.N.Barquinha.

Constata-se assim a adequação do citado plano em função do ritmo de instalação das empresas, com o necessário rigor de gestão.

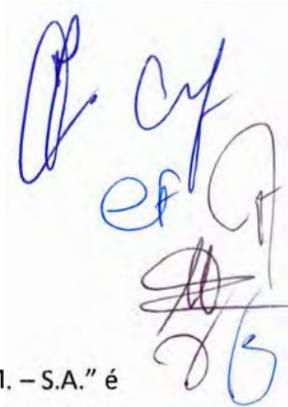


11. Certificação Legal de Contas



Conteúdo

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	2
1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	3
3. FLUXOS DE CAIXA	5
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	5
5. PARTES RELACIONADAS	6
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS	7
7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	7
8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:	9
9. LOCAÇÕES:	9
10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:	9
11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:	10
12. IMPARIDADE DE ACTIVOS:	10
13. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS:	11
14. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:	11
15. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:	11
16. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS:	11
17. AGRICULTURA:	11
18. INVENTÁRIOS:	11
19. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:	11
20. RÉDITO:	11
21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:	12
22. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:	12
23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:	12
24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:	12
25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:	13
26. MATÉRIAS AMBIENTAIS:	14
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:	15
28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:	17
29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:	17
30. OUTRAS INFORMAÇÕES	18



IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, em 6 de Julho de 2007.

A empresa tem a sua sede na Praça da República, 2260-411 Vila Nova da Barquinha.

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.”, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de polos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. As demonstrações financeiras do CDN, EM S.A. são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística (SNC) aprovado pelo DL. 158/2009. Ou seja, estas estão de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

1.2 Não existiram indicações e justificações das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido interrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

1.3 Não se referem indicações e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados uma vez que os conteúdos são comparáveis com os do exercício anterior.



2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto de continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos de “CDN, EM SA”, para que estas estejam de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

De acordo com a NCRF 4 as políticas contabilísticas “são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na preparação e apresentação de demonstrações financeiras”.

As divulgações exigidas nesta norma têm o mérito de elucidar o utente sobre as bases de mensuração adotadas facilitando as análises comparativas com as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

- Ativo Fixo Tangível:

Todos os ativos fixos tangíveis estão mensurados ao custo histórico. As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil. A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):

Edifícios e outras construções	20 – 50
Equipamento básico	3 – 20
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	3 – 16
Outros ativos fixos	2 -16

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como

rendimentos ou gastos na demonstração de resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados

- Contas a receber de clientes e outros devedores:

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

- Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o Rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos na medida em que seja provável que serão gerados lucros futuros para a utilização da diferença temporária. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação dos impostos diferidos são utilizadas as taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização dos ativos por impostos diferidos ou da liquidação dos passivos por impostos diferidos.

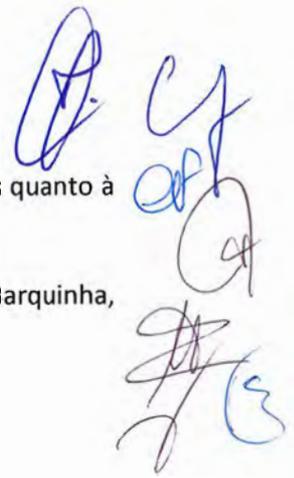
- Caixa e equivalentes de Caixa.

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” incluem numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo, com prazos de vencimento curto e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

- Reconhecimento do rédito / Contrato-Programa Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

O rédito corresponde ao justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após a eliminação das vendas internas, sendo reconhecido da seguinte forma:

- O rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador
- O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.



O rédito das vendas e prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação de serviço ou quanto à cobrança dos mesmos.

Mediante contrato programa estabelecido com a Câmara Municipal da Vila Nova da Barquinha, são registados rendimentos no CDN a fim de equilibrar as contas do CDN.

- Passivo corrente:

O passivo está registado ao custo amortizado.

2.2. Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas relevantes.

2.3. Foram adotados os princípios contabilísticos implícitos nas NCRF, estando refletido nas demonstrações financeiras.

2.4. Não existem pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

2.5. Para as estimativas efetuadas a probabilidade de concretização é elevada, dado que resulta de contratos de prestações de serviços definidos, sem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

3. FLUXOS DE CAIXA

3.1. Os fluxos de caixa estão disponíveis.

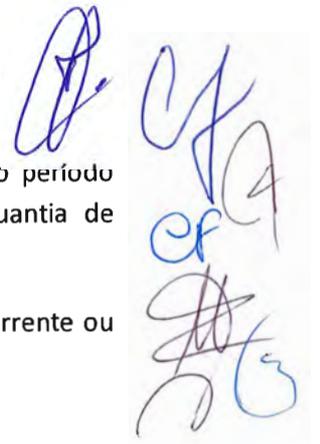
A 31 de Dezembro de 2020, o valor da caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2020	2019
Numerário	9,53 €	9,53 €
Dep. à ordem-CGD	22.860,20 €	2.254,81 €
Total	22.869,73 €	2.264,34 €

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2020 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4.1. Não existem disposições de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros.



4.2. Não existem alterações voluntárias em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

4.3. Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

4.4. Não existem erros materiais de períodos anteriores.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Relacionamentos com empresas-mãe

(a) nome da empresa-mãe imediata: Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha

5.2. Não existem remunerações do pessoal chave da gestão, dado que por um lado os membros do Conselho de Administração não são remunerados e por outro o quadro de pessoal não está preenchido, dado a existência de contratos de prestação de serviços nas diversas áreas:

(a) Total de remunerações: Não aplicável.

(b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados: Não aplicável.

(c) Total de benefícios pós-emprego: Não aplicável.

(d) Total de outros benefícios de longo prazo: Não aplicável.

(e) Total de benefícios por cessação de emprego: Não aplicável.

(f) Total de pagamentos com base em ações: Não aplicável.

5.3. Transações entre partes relacionadas. (Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha)

(a) natureza do relacionamento com as partes relacionadas: Existência de Contrato-Programa com a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, definindo o critério do valor das transferências financeiras, para equilíbrio de contas do CDN, sempre que necessário.

(b) transações e saldos pendentes:

(i) quantia das transações: 20.000,00 €

(ii) quantia dos saldos pendentes: 0 (encontra-se tudo pago e por isso não existem saldos pendentes a 31-12-2020)

(iii) ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes: Não aplicável

(iv) gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas: Não aplicável.



6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não existem intangíveis no balanço do CDN.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

(a) critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Como referido na nota 2, as quantias escrituradas foram mensuradas ao custo histórico deduzidas das imparidades. Os métodos de depreciação foram de quotas constantes em linha reta.

Terreno

Está registado pelo custo histórico.

Mensuração de outros ativos fixos tangíveis

Os restantes ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo histórico, ou seja, ao seu custo de aquisição.

(b) métodos de depreciação usados:

Terreno: Este ativo fixo tangível não é sujeito a depreciações de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, pois não é possível determinar a sua vida útil, considerando-a ilimitada.

Outros ativos: As suas depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes) tendo em conta a sua vida útil.

A sua vida útil é determinada tendo em vista a utilização provável do bem pela empresa e o seu desgaste natural esperado da sujeição de uma previsível obsolescência técnica.

A vida útil estimada pelos bens encontra-se entre as taxas máximas e mínimas previstas no Decreto regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimados (anos):



(c) vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Instalações não especificadas (Portões) - 10

Instalações não especificadas (Mastros) – 10

Programa de Computadores – 3

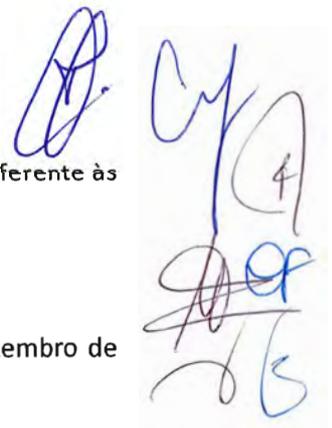
Programa de Computadores - 1

(d) quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

(e) reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos tangíveis foram os seguintes:

	<i>Terrenos e Recursos Naturais</i>	<i>Inst.Não Espec. – Portões</i>	<i>Inst.Não Espec.- Mastros</i>	<i>Prog.Computador</i>	<i>Prog.Computador</i>	<i>Computador</i>
Activo Bruto						
Saldo a 1 de Janeiro de 2020	78.720,00 €	8.664,00 €	3.048,00 €	2.195,00 €	200,00 €	- €
Investimento						234,96 €
Variação do justo valor						
Desinvestimento						
<i>Saldo a 31 de Dezembro de 2020</i>	78.720,00 €	8.664,00 €	3.048,00	2.195,00 €	200,00 €	
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo a 1 de Janeiro de 2020		8.664,00 €	3.048,00	2.195,00 €	200,00 €	
Depreciações do período						234,96 €
Desinvestimento						
<i>Saldo a 31 de Dezembro de 2020</i>		8.664,00 €	3.048,00	2.195,00 €	200,00 €	
Valor Líquido	78.720,00 €		- €	- €		



Os critérios de mensuração e os métodos de depreciação encontram-se no ponto 2 referente às políticas contabilísticas.

Não existem restrições de titularidade a ativos fixos tangíveis.

Não existem investimentos referentes ao Ativo Fixo Tangível em curso a 31 de Dezembro de 2020.

7.2. Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos. Não Aplicável.

7.3. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de cada um dos seguintes itens do ativo fixo tangível no decurso da sua construção: Não aplicável.

7.4. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis. Não Aplicável.

7.5. Quantia incluída nos resultados, relativa a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos. Não Aplicável.

7.6. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período. Não Aplicável.

7.7. Depreciação acumulada no final do período. Ver mapa anterior.

7.8. Para os itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas:

Não Aplicável.

8. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS:

Não aplicável.

9. LOCAÇÕES:

Não aplicável.

10. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:

Não aplicável.



11. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não aplicável.

12. IMPARIDADE DE ACTIVOS:

12.1. Para cada classe de ativos:

(a) quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período (com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão incluídas);

Não Aplicável.

(b) quantia de reversões de perdas por imparidade reconhecida nos resultados durante o período

(com indicação das linhas de itens da demonstração dos resultados em que essas perdas por imparidade estão revertidas);

Não Aplicável.

(c) quantia de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período;

Não Aplicável.

(d) quantia de reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio durante o período.

Não Aplicável.

12.2. Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual (incluindo trespasse (goodwill)), ou para uma unidade geradora de caixa:

Não Aplicável.



13. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS:

Não Aplicável.

14. CONCENTRAÇÕES DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS:

Não Aplicável

15. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO:

Não Aplicável

16. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS:

Não Aplicável.

17. AGRICULTURA:

Não Aplicável.

18. INVENTÁRIOS:

Não Aplicável.

19. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO:

Não Aplicável.

20. RÉDITO:

20.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços:

As Enumeradas na nota 2.

20.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

- (a) venda de bens;
- (b) prestação de serviços;
- (c) juros;
- (d) royalties; (e) dividendos.



Os proventos são contabilizados no exercício a que dizem respeito independentemente da sua data de pagamento ou recebimento.

Vendas	0,00 €
Prestação de Serviços	21.415,86 €
Subsídios à Exploração	20.000,00 €
Outros Rendimentos	<u>50,00 €</u>
	41.465,86 €

21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES:

Não conhecidas situações que possam cair neste âmbito.

22. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO:

Não Aplicável

23. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:

Não Aplicável, uma vez que não se trabalha com moeda estrangeira sendo todos os clientes e fornecedores nacionais.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

Não são conhecidos na data de elaboração deste relatório quaisquer acontecimentos após 31-12 que sejam significativos para as contas de 2020.

24.1. Autorização para emissão:

- (a) data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 27 de Abril de 2021 pelo seu Conselho de Administração.

(b) indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Só a Assembleia Geral tem poderes para alterar as demonstrações financeiras após essa data.

25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO:

Dada a existência de Lucros Fiscais, e em conformidade com a lei, a liquidação de IRC é de 171,23 €

25.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

(a) gasto (rendimento) por impostos correntes:

Não foram reconhecidos gastos por impostos correntes.

(b) ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Não foram reconhecidos ajustamentos de impostos correntes dos anos anteriores.

(c) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(d) quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com alterações nas taxas de tributação ou com o lançamento de novos impostos;

Não foram reconhecidos impostos diferidos.

(e) quantia de benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes: 0 (Zero)

(f) quantia dos benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior usada para reduzir gastos de impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(g) gasto por impostos diferidos provenientes de uma redução, ou reversão de uma diminuição anterior, de um ativo por impostos diferidos;

Não aplicável. Não existem registos de impostos diferidos.

(h) quantia do gasto (rendimento) de imposto relativa às alterações nas políticas contabilísticas e nos erros que estão incluídas nos resultados porque não podem ser contabilizadas retrospectivamente.



Não aplicável.

25.2. Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio.

Não aplicável.

25.3. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro:

RLE		2.951,25 €
IRC nominal	34.066%	0
Prejuízos fiscais		0
IRC efetivo	0%	171,23 €

25.4. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não aplicável.

25.5. Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum activo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

Prejuízos fiscais a reportar:

Saldo a recuperar desde 2014	21.930,28 €
2020	0 €
Total	21.930,28 €

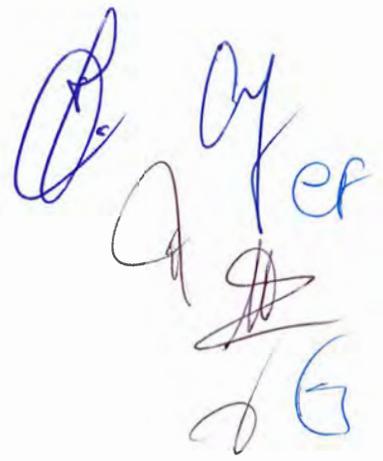
Este ativo por impostos diferidos não foi reconhecido, por existir ainda incerteza na sua recuperabilidade.

25.6. Quantia agregada de diferenças temporárias associadas com investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos conjuntos, relativamente aos quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

Não aplicável.

26. MATÉRIAS AMBIENTAIS:

Não Aplicável.



27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Políticas contabilísticas

As referidas na nota 2.

A 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativo

Clientes/Estado/Outras créditos a receber/Acionistas	68.086,72 €
Caixa e depósitos bancários	<u>22.869,73 €</u>
	90.956,45 €

Capital Próprio

Capital Subscrito	150.000,00 €
Reservas Legais	1.912,92 €

Passivo

Corrente

Fornecedores	43.123,26 €
Estado e Outros Entes Públicos	312,50 €
Outros passivos correntes	<u>30.000,00€</u>
	73.435,76 €

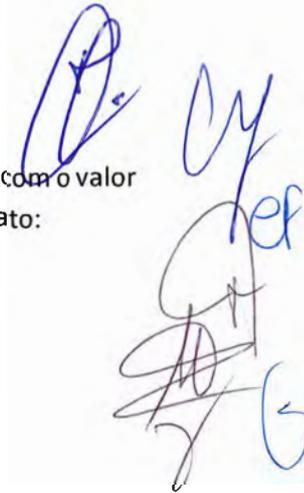
Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

Capital Social de 150.000,00 €, totalmente subscrito.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal:

O Capital Social integralmente subscrito está dividido em 30.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 € cada, dividido da seguinte forma e sem alterações face ao ano transato:

- Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - 28.296 Ações
- Serralharia A.Domingos, Lda - 636 Ações.
- Espaço Mecânico, SA - 618 Ações.
- Bio-Analítica, Lda - 180 Ações.
- Fernando Pereira Nunes, Lda - 180 Ações.
- Batadec, Lda - 90 Ações.



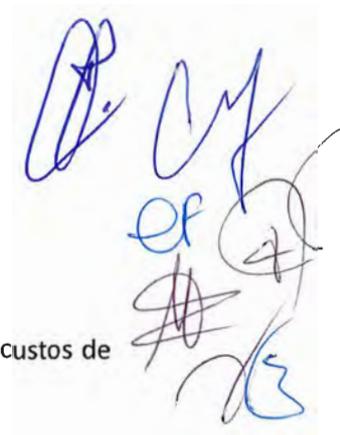
CONTA DE RESERVAS

O Saldo Credor de 1.912,92 € refere-se às reservas legais definidas na lei, em conformidade com o resultado obtido no exercício de 2007 no montante de 1.247,53 €, exercício de 2010 no montante de 10.962,19 €, exercício de 2011 no montante de 4.044,89€, exercício de 2012 no montante de 1.868,45 €, exercício de 2014 no montante de 579,62 €, exercício de 2015 no montante de 91,39 €, exercício de 2016 no montante de 82,48 €, exercício de 2017 no montante de 725,61 € e exercício de 2018 no montante de 533,18 €.

RESULTADOS TRANSITADOS

O saldo devedor de 58.623,48 € resulta das deliberações do Conselho de administração, nos diversos anos económicos e que a seguir se discrimina e da regularização dos Pagamentos Especiais por Conta:

Ano de 2008:	1.122,78 €
Ano de 2009:	- 16.381,13 €
Ano de 2010:	- 33.854,17 €
Ano de 2011:	9.865,97 €
Ano de 2012:	3.640,40 €
Ano de 2013:	1.681,60 €
Ano de 2015:	- 699,36 €
Ano de 2016:	- 1.818,56 €
Ano de 2017:	- 1.874,34 €



Ano de 2018: 689,33 €

Ano de 2019: 506,52 €

Ano de 2020: -21.502,52 €

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não aplicável.

Riscos relativos a instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

O saldo de clientes cifra-se nos 40.890,76 €.

- As empresas, de uma forma geral, estão a proceder aos pagamentos dos seus compromissos.
- Para os saldos mais antigos, estão a ser feitas diligências no sentido de cobrar os valores em dívida.
- O regulamento de co-utilização determina em caso de incumprimento sistemático o direito de reversão a exercer pela Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, existindo o compromisso desta, caso seja exercido, a liquidar os montantes em débito ao CDN, pelo que não existe risco na sua cobrança.
- Existe o compromisso por parte da generalidade das empresas, em cumprir com o estipulado nos regulamentos.

28. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS:

Não Aplicável.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS:

A remuneração do pessoal chave como referido na nota 5 é zero.

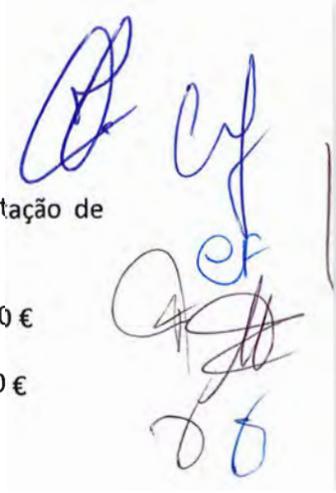
A remuneração do Revisor Oficial de Contas é de 1.000 euros anuais acrescidos de Iva à taxa legal em vigor. O Valor respetivo será pago.

Assim, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, debitou um total de honorários de 1.230,00 €, incluindo IVA, relativo à revisão e certificação legal de contas. Não foram debitados outros valores pela citada sociedade e referentes a outro tipo de serviços.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

No que diz respeito a outros passivos correntes, referem-se a contratos de prestação de serviços estabelecidos, nomeadamente:

- Coordenação do CDN e Contabilidade	28.750,00 €
- Manutenção de Espaços Verdes	1.250,00 €



A rubrica de Fornecimentos e serviços externos, é constituída por:

Serviços Especializados (Assistência Informática e Revisão Legal de Contas)	2.159,80 €
Vigilância e Segurança	5.392,47 €
Honorários	15.000,00 €
Manutenção de Espaços Verdes e reparações de portões	15.000,00 €
Serviços Bancários	138,91 €
Outros	74,30 €
Energia e fluídos	80,59 €

Total Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.
37.846,07 €

A Conta 64, gastos por depreciação, é constituída por:

Depreciação	234,96 €
-------------	----------

Total.
234,96 €



A conta 68, outros gastos e perdas, é constituída por:

IMI 182,35 €

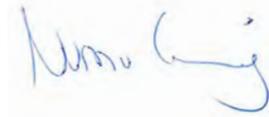
Outros impostos Diretos 80,00 €

Total.
262,35 €

A Administração



O Contabilista Certificado



Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

5 0 8 1 9 0 4 6 0

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2 0 2 0

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAções

NATUREZA DOS ACTIVOS

Activos Tangíveis
 Activos Intangíveis
 Propriedades de Investimento

MÉTODO UTILIZADO

Quotas Constantes
 Quotas Decrescentes
 Outro



IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR nº 25/2009	Descrição dos elementos do Activo	Data		Activos				Gastos Fiscais					Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art.38ºCIRC)				
		Mês	ANO						Taxa %	Taxa variável %	Limite Fiscal do período					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = [(10) x (8)] ou [(6) - (9)] x (11)	(13)	(14)	(15) = (8) - [(12) + (13)]	(16)	
	Terreno															
	Lote 4		2007	78 720,00 €	78 720,00 €											
	TABELA II DIVISÃO I GRUPO 2															
2 1 9 5	Instalações não especificadas-Portões		2008	8 664,00 €	8 664,00 €	10	- €	8 664,00 €	10		- €	- €		- €	- €	
2 1 9 5	Instalações não especificadas-Mastros		2008	3 048,00 €	3 048,00 €	10	- €	3 048,00 €	10		- €	- €		- €	- €	
	TABELA II DIVISÃO I GRUPO 5															
2 4 4 0	Programa de Computadores		2007	2 195,00 €	2 195,00 €	3	- €	2 195,00 €	33,33		- €	- €		- €	- €	
2 4 4 0	Programa de Computadores		2008	200,00 €	200,00 €	1	- €	200,00 €	100		- €	- €		- €	- €	
	ELEMENTOS DE REDUZIDO VALOR															
	TABELA II DIVISÃO I GRUPO 3															
2 2 4 0	Computadores		2020	234,96 €	234,96 €	1	- €	- €	100		234,96 €	- €		- €	- €	
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR				93 661,96 €	93 061,96 €		- €	14 107,00 €			234,96 €	- €		- €	- €	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MFA', 'ef', and 'B'.

CDN - Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA
 NIF 508190460
 MORADA Vila Nova da Barquinha
 Demonstração das Alterações de Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2020

Exercício: 2020
 Moeda: EUR
 Contribuinte:

[Handwritten signatures]
 Unidade: Euros
 508 190 460

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de capital	Resultado Líquido do Período			
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2019		150 000,00	0,00	0,00	0,00	1 886,26	0,00	-37 627,48		0,00	0,00	533,18	114 791,96	0,00	114 791,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						26,66		506,52				-533,18			
Aplicação do resultado de 2018															
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO												-21 502,52	-21 502,52		-21 502,52
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		150 000,00	0,00	0,00	0,00	1 912,92	0,00	-37 120,96		0,00	0,00	-21 502,52	93 289,44	0,00	93 289,44
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020		150 000,00	0,00	0,00	0,00	1 912,92	0,00	-37 120,96		0,00	0,00	-21 502,52	93 289,44	0,00	93 289,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalor. de activos fixos tang. e intang. e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
Aplicação do resultado de 2019															
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO												21 502,52	2 951,25	2 951,25	2 951,25
RESULTADO INTEGRAL															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		150 000,00	0,00	0,00	0,00	1 912,92	0,00	-58 623,48	0,00	0,00	0,00	2 951,25	96 240,69	0,00	96 240,69

CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA

Demonstração de Fluxos de Caixa

NIF 508 190 460
(Valores em euros)

Exercícios

2019

2020

Actividades Operacionais

Recebimentos de Clientes	24.890,01	25.448,76
Recebimentos de Outras Entidades – CMB	0,00	20000,00
Recebimentos de Outras Entidades-AT	0	222,00
Pagamentos a fornecedores	-22.931,25	-22.866,65
Pagamentos ao Pessoal	0	0
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	1.958,76	22.804,11
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	-2.812,50	-1.562,50
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-590,88	-401,26
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	-1.444,62	20.840,35
Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias	0	0
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias	0	0
<i>Fluxos actividades operacionais (1)</i>	-1.444,62	20.840,35

Actividades de Investimento

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	
Imobilizações Incorpóreas	0	0
Subsídios de Investimento	0	0
Juros e Proveitos Similares	0	0
Dividendos	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	0	0
Imobilizações Corpóreas	0	-234,96
Imobilizações Incorpóreas	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total		-234,96
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	0	-234,96

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'A. J. Cyfer' and '7/3'.

CDN – Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB, EM SA
Demonstração de Fluxos de Caixa NIF 508 190 460
 (Valores em euros)

Actividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0	0
Aumento de Capital, prestações suplementares e prémios de em	0	0
Subsídios de doações	0	0
Vendas de acções (quotas) próprias	0	0
Cobertura de Prejuízos	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0	0
Amortização de contratos de locação financeira	0	0
Juros e custos similares	0	0
Dividendos	0	0
Reduções de Capital e Prestações suplementares	0	0
Aquisições de acções (quotas) próprias	0	0
.....	0	0
.....	0	0
Sub-total	0	0
<i>Fluxos actividades de financiamento (3)</i>	0	0

Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	-1.444,62	20.605,39
Efeitos das diferenças de Câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.708,96	2.264,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.264,34	22.869,73

CDN-Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

Moeda: EUR
Contribuinte: 508190460

Demonstração de resultados por naturezas em 12 de 2020

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	20	21 415,86	21 145,20
75		Subsídios à exploração	5	20 000,00	0,00
785+792	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimen		0,00	0,00
73		Varição de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	30	-37 846,07	-37 390,77
	63	Gastos com pessoal		0,00	0,00
7622	652	Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	30	0,00	-4 997,29
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623;7627/8	653;657/8	Imparidade de Investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/re		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+791		Outros rendimentos e ganhos	20	50,00	0,00
	69-685+69..	Outros gastos e perdas	30	-262,35	-259,66
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 357,44	-21 502,52
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	-234,96	0,00
7624/6	654/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 122,48	-21 502,52
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
		Resultado antes de impostos		3 122,48	-21 502,52
	812	Impostos sobre o rendimento do periodo	25	-171,23	0,00
		Resultado liquido do periodo		2 951,25	-21 502,52
				0,00	0,00
		Resultado das atividades descontinuadas (liquido de impostos) inc. no resultado liquido do periodo			
		Resultado liquido do periodo atribuível: (*)			
		Detentores do capital da casa mãe			
		Interesses minoritários			
		Subtotal			
		Resultado por ação básico			

Contabilidade - (c) Primavera BSS

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

CDN-Gestão e Promoção Parque Empresarial VNB EM SA

Contribuinte: 508190460

Moeda: EUR

BALANÇO em 12 de 2020

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	78 720,00	78 720,00
Subtotal		78 720,00	78 720,00
Ativo corrente			
Clientes	27	40 890,76	39 936,55
Estado e outros entes públicos	27	26 781,97	25 119,76
Outros créditos a receber	27	413,99	413,99
Caixa e depósitos bancários	3 27	22 869,73	2 264,34
Subtotal		90 956,45	67 734,64
Total do ativo		169 676,45	146 454,64
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	27	150 000,00	150 000,00
Reservas legais	27	1 912,92	1 912,92
Resultados transitados	27	-58 623,48	-37 120,96
Subtotal		93 289,44	114 791,96
Resultado líquido do período		2 951,25	-21 502,52
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		96 240,69	93 289,44
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	27	43 123,26	30 665,20
Estado e outros entes públicos	27	312,50	0,00
Outras dívidas a pagar	27 30	30 000,00	22 500,00
Subtotal		73 435,76	53 165,20
Total do Passivo		73 435,76	53 165,20
Total do capital próprio e do passivo		169 676,45	146 454,64

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and a checkmark at the bottom right.



Centro de Negócios
Vila Nova da Barquinha

2020

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2020

Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	2
II. ESTRUTURA DE CAPITAL	2
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	2/3
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	3
A. Mesa da Assembleia Geral	3
B. Administração e Supervisão	3
C. Fiscalização	5
D. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	6
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA	6
A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações.....	6
B. Controlo interno e gestão de riscos	7
C. Regulamentos e Códigos	8
D. Sítio de web	8
VI. REMUNERAÇÕES.....	8
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS	9
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO.....	9
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	10

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

O “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A.” é uma empresa municipal, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

A sociedade constituída em 6 de julho de 2007, tem por objeto o desenvolvimento e a gestão do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, e visa promover a competitividade das atividades económicas explorando vantagens logísticas e intensificando as vantagens da inovação e do conhecimento privilegiando condomínios empresariais de eficiência coletiva para a promoção e gestão de pólos de aglomeração de atividades e serviços do Médio Tejo.

Os membros do Conselho de Administração do CDN, estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social do “CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, E.M. – S.A, encontra-se distribuído pelos acionistas da seguinte forma:	Município de V.N.Barquinha	94,32 %
	Serralharia A.Domingos, LDA	2,12%
	Espaço Mecânico, SA	2,06%
	Bio-Analítica, Lda	0,6%
	Fernando Pereira Nunes, Lda	0,6%
	Batadec, Lda	0,3%

Conforme artº 5º, no número 5, dos estatutos:

- Nos aumentos de capital, terão direito de preferência, os acionistas que o forem à data do aumento, na proporção das ações que já possuírem, salvo se a Assembleia Geral, deliberar diferentemente por maioria de setenta e cinco por cento do capital nela, representado.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

Não existem participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que, direta ou indiretamente, provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios, excluindo-se destes processos quando existam.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Observações	
			Mandato Terminou a	11.12.2017
2013-2017	Presidente	Paulo Lopes	Sem Remuneração	
2013-2017	Secretário	Óscar Baptista	Sem Remuneração	
2013-2017	Secretária	Rosa Garrett	Sem Remuneração	

Mandato	Cargo	Nome	Observações	
			Mandato Iniciou a	12.12.2017
2017-2021	Presidente	Luis Bastos	Sem Remuneração	
2017-2021	Secretário	Óscar Baptista	Sem Remuneração	
2017-2021	Secretária	Marina Honório	Sem Remuneração	

B. Administração e Supervisão

- 1- O modelo de governo adotado pelo CDN é o modelo clássico composto pelo Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.
- 2- O Conselho de Administração é atualmente composto por 3 membros (desde dezembro de 2013), incluindo o Presidente do Conselho de Administração, designados por um período de 4 anos.

Términus do mandato: 11.12.2017

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2017	Presidente	Fernando Santos Freire	AG	1	Desde 2013
2013-2017	Vogal	Rui Constantino Martins	AG	3	Vogal desde 2007
2013-2017	Vogal	Manuel Lourenço da Silva	AG	1	Vogal desde 2013

Início do mandato: 12.12.2017

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de mandatos exercidos na sociedade	Observações
2017-2021	Presidente	Fernando Santos Freire	AG	1	Desde 2013
2017-2021	Vogal	Rui Constantino Martins	AG	3	Vogal desde 2007
2017-2021	Vogal	Manuel Lourenço da Silva	AG	1	Vogal desde 2013

- 3- Não existe Conselho Geral e de Supervisão.
- 4- A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório.
- 5- Os atuais membros do Conselho de Administração decorrentes da legislação em vigor, bem como dos Estatutos, foram eleitos em Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2017, depois de deliberação e proposta do Acionista Maioritário, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, designadamente Fernando Santos Freire, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, como Presidente do Conselho de Administração; Rui Constantino Martins, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e Manuel Lourenço da Silva, representante legal do Espaço Mecânico SA.

6- Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral. Diligenciar no sentido de cumprir com todas as obrigações legais, nomeadamente apresentação de documentos previsionais, documentos de prestação de contas, entre outras.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração, não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas.

Cargo	Nome	Exerce outras funções	Instituição	Remunerada
Presidente	Fernando Freire	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
Vogal	Rui Constantino	Sim	Câmara Municipal V.N.Barquinha	Sim
Vogal	Manuel Lourenço da Silva	Sim	Espaço Mecânico SA	Sim

A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores.

C. Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116)

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2013-2014	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	1.000	1.000

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto Pago (€) ⁽²⁾
2015-2017	Fiscal Único	Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados	1.000	1.000

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, iniciou a prestação de serviços enquanto fiscal único, neste mandato.

Suplente: Dr. Carlos António Rosa Lopes

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda, Regulamento de Co-Utilização e Comunicações

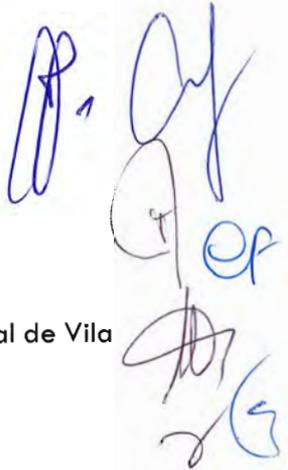
- **Contrato de Sociedade e Estatutos**

Estes documentos definem a criação, constituição e funcionamento do CDN, EM SA.

Os **Estatutos da Sociedade**, vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral do CDN e também na Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha de fevereiro de 2013.

- **Contrato-programa**

Define os princípios de relacionamento, competências, do CDN EM SA e do Município de Vila Nova da Barquinha



- **Regulamento de Venda**

Define as regras para venda de lotes no Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha

- **Regulamento de Co-Utilização**

Define as regras de funcionamento e Co-utilização das infra-estruturas do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha.

Em novembro de 2018, como resultado da criação do Regulamento de Incentivos à Atração ao Investimento por parte do Município de Vila Nova da Barquinha, o contrato-programa, e regulamentos de venda e co-utilização sofreram alterações.

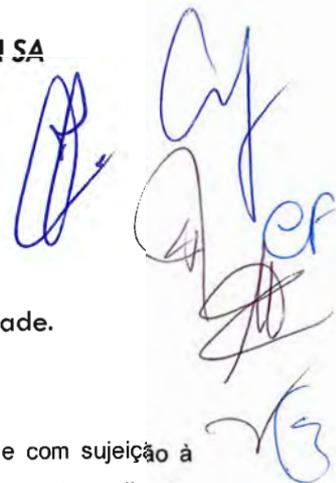
O Contrato de Sociedade, Estatutos, Contrato Programa, Regulamento de Venda e Regulamento de Co-Utilização, e respetivas alterações, encontram-se em anexo a este relatório.

Comunicação de irregularidades

A dimensão reduzida do CDN, EM SA e a segregação de funções, quando possível, são mecanismos que previnem a fraude organizacional. Esta situação deverá ser revista aquando do crescimento da empresa.

B. Controlo interno e gestão de riscos

Sendo a CDN EM SA uma entidade de reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar um sistema organizado. Desde a aplicação de uma política de segregação de funções, quando possível aplicar, a adoção de processos administrativos/funcionamento integrados permitem aferir um adequado controlo interno. A utilização de gestão documental e a adoção de um software de gestão integrado demonstram a preocupação sobre o controlo da atividade desenvolvida pela empresa. A informação contabilística e financeira atualizada, permite cumprir com facilidade todas as exigências legais, designadamente do SIIALL, INE e outras entidades, assim como ao Conselho de Administração dispor de um importante meio auxiliar de gestão, por forma a tomar as decisões ajustadas à manutenção do equilíbrio económico-financeiro decorrente da Lei, sem pôr em causa a missão da empresa.



C. Regulamentos e Códigos

O CDN EM SA obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação de bens e prestação de serviços, o CDN aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação fundamentada e com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar.
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas pelo Coordenador da empresa e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

D. Sítio de web

O site institucional do CDN é <http://www.cm-vnbarquinha.pt/>

Nele estão disponibilizados:

- a) Sede.
- b) Regulamentos de Venda e Co-Utilização;
- c) Ficha de candidatura e informação diversa sobre o Parque Empresarial.
- d) Documentos de prestação de contas anuais.

VI. REMUNERAÇÕES

Não existem remunerações do Conselho de Administração, nem da Assembleia Geral.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. O CDN, EM SA no que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. Tais procedimentos têm sido mínimos dada a reduzida estrutura implementada para o seu funcionamento.

Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos tenta-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Em complemento às exigências legais e definição de critérios para a manutenção das empresas municipais, tem sido política desde sempre a manutenção do equilíbrio económico-financeiro do CDN. O exemplo prático é o facto de determinados investimentos, como sejam a sinalética do parque empresarial ainda não ter sido efetuada, por forma a garantir o citado equilíbrio.

Os investimentos decorrerão sempre dessas condições.

A sustentabilidade da empresa decorre das vendas dos lotes de terreno do parque empresarial com os critérios definidos no contrato-programa, mas também e no futuro essa será a sua única fonte de receita, os encargos de condomínio pagos pelas empresas instaladas no parque empresarial, sendo a sua estrutura de custos, ajustada às receitas obtidas.

Em 2020, sobretudo no último trimestre assistiu-se a uma procura enorme de lotes de terreno do Parque Empresarial, indo ao encontro do que sempre foi afirmado e em conformidade com os estudos efetuados.

Os processos de formalização estão nalguns casos concluídos, noutros em curso.

Com a previsível instalação de novas empresas, as fontes de receita resultantes sobretudo dos encargos de gestão, permitirão criar o equilíbrio económico-financeiro do CDN.

Todavia deve haver uma atenção sobre a evolução da situação económico-financeira do CDN.

IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

O CDN, considera ter exercido com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

A collection of handwritten signatures in blue ink, appearing to be official approvals or endorsements. The signatures are stylized and overlapping, with some legible initials like 'CJ' and 'ef'.

1/2
Handwritten signatures and initials in blue ink.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha – EM, SA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de ativo de 170 milhares de euros e um total de capital próprio de 96 milhares de euros, incluindo um resultado líquido positivo de 3 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha – EM, SA**, em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre



uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Entroncamento, 27 de Abril de 2021



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes (FROC nº 833)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Exmo. Sr. Accionista o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas de **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.
2. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, emitimos o relatório da nossa actividade anual, bem como a respectiva Certificação Legal de Contas que para todos os efeitos, aqui se dão como integralmente reproduzidas.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Tendo procedido aos exames descritos no seu relatório anual, o Fiscal Único de **CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, S.A.** deliberou emitir o seguinte parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço e Contas apresentados referentes ao exercício de 2020.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- c) Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 27 de Abril de 2021

O FISCAL ÚNICO

José de Jesus Gonçalves Mendes
em representação de

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.Ú.C.

